

Tecnologia a serviço da educação e cidadania, uma possibilidade

Technology at the service of education and citizenship, a possibility

Rita de Cássia Teixeira Vasconcelos Ferraz¹

Simone Maria Ferreira Dos Santos²

Resumo

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a relação entre educação, tecnologia e cidadania na atualidade e dialogar com os conceitos desta tríade dando visibilidade e lugar a uma nova prática educativa, que constitua um cidadão capaz de atuar na sociedade em que está inserido. Ressalta a ideia de que é importante usar os recursos tecnológicos na educação, não apenas como instrumento de poder, mas também que favoreça a cidadania e o desenvolvimento humano. Como metodologia foi feita uma pesquisa bibliográfica baseada em pensamentos de Demo (1992) e Covre (2007) sobre exercício da cidadania; Freire (1996), Gadotti (2000) e Galvão (2006) em relação à educação e para finalizar, Pretto & Pinto (2006), Patrocínio (2009) e Moran (2012) para convergir sobre uso da tecnologia.

Palavras-Chave: Educação; Cidadania; Tecnologia.

Abstract

The purpose of this article is to reflect on the relationship between education, technology and citizenship in the present day and to dialogue with the concepts of this triad, giving visibility and place to a new educational practice that constitutes a citizen capable of acting in the society in which it is inserted. It emphasizes the idea that it is important to use technological resources in education; not only as an instrument of power, but also that it favors citizenship and human development. As a methodology, a bibliographic research was done based on the thoughts of Demo (1992) and Covre (2007) on the exercise of citizenship; Freire (1996), Gadotti (2000) and Galvão (2006) in relation to education and to finalize, Pretto & Pinto (2006), Patrocínio (2009) and Moran (2012) to converge on technology use.

Key-Words: Education; Citizenship; Technology

1. INTRODUÇÃO

Pensar ou falar sobre Educação permite algumas análises em prol da formação de um indivíduo e sua construção cidadã. Educação não é um conceito fechado em si mesmo. É um processo contínuo e enriquecedor que o ser humano constrói, absorve e modifica, transformando-o ao longo da vida ao interagir com o meio em que vive.

¹Mestranda em Ciências da Educação pelas Faculdades Integradas Várzea Grande (FIAVEC), pólo Feira de Santana-Bahia; Pós-graduada em Mídias na Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: rita.vasconcelos@yahoo.com.br

²Mestranda em Ciências da Educação pelas Faculdades Integradas Várzea Grande (FIAVEC), pólo Feira de Santana-Bahia; Especialista em Metodologia do Ensino Pesquisa e Extensão Em Educação pela UNEB. E-mail: simoninha.matematica@gmail.com

Desta constante, admite mudanças no comportamento humano ou adequações a modelos sociais.

O ser humano está em constante aprendizagem e inquietações, permitindo transformar o que se encontra à sua volta, seja diretamente por contribuições, ou indiretamente, por questionamentos. A prática do pensamento crítico seja pelo reconhecimento cognitivo da arte de pensar ou discernimento ético, estético, religioso, político, lógico, contribui para o melhor exercício do ser cidadão em intervenções e participações sociais. Isso é atuar de forma dinâmica no exercício pleno da vida cidadã. Mas o que vem a ser cidadania?

2. CIDADANIA E EXERCÍCIO DE DIREITOS

Segundo Demo (1992), “[...] cidadania é um processo histórico de conquista popular, através do qual a sociedade adquire progressivamente condições de tornar-se sujeito histórico, consciente e organizado, com capacidade de conceber e efetivar projeto próprio”. (DEMO, 1992, p.17). É um processo contínuo de reflexão dos processos históricos e condições materiais na sociedade principalmente sobre atuação dos direitos seja individual ou coletivamente falando.

Não é somente lutar por direitos. Exercer a cidadania é se tornar protagonista de mudanças. A cidadania é um processo de luta e conquista. É interessante ressaltar condições materiais e históricas neste contexto. Na sociedade brasileira, o homem cidadão conquistou alguns direitos a partir de longos e duros caminhos de transformação social. Os direitos políticos, conquistados no século XIX, por exemplo, a ampliação do direito ao voto, deu ao homem brasileiro a oportunidade de mostrar suas escolhas, escolher seus representantes, direito este restrito anteriormente apenas à elite burguesa. Cabe ressaltar que esse direito ainda não alcançava mulheres e analfabetos. Às mulheres, essa conquista deu-se somente em 1932, no governo de Getúlio Vargas quando incorporou ao novo Código Eleitoral o direito ao voto à mulher, depois de muita luta dos movimentos feministas pelo país³. De lá para cá, a extensão de direitos sociais permitiu vários movimentos populares em favor da democracia⁴, mesmo que esta democracia favoreça os direitos de uma elite empresarial, como nos moldes atuais. Tais moldes favoreceram muitos movimentos sociais e políticos em fortalecimento da democracia, como em 1985 com as Diretas-Já e com o movimento

³ Para melhor aprofundamento do tema, vide artigo *Feminismo e Literatura no Brasil* de Constância Lima Duarte (2003).

⁴ Entende-se hoje por democracia uma das formas de governo em que o poder não está em mãos de um ou de alguns apenas, mas de todos ou da maior parte, contrapondo-se às formas autocráticas como a monarquia e a oligarquia. (BOBIO, 1996, p. 7).

dos jovens “caras-pintadas” de 1992, que foram às ruas de todo o país exigindo a saída do então presidente Fernando Collor de Melo, o primeiro a sofrer *impeachment*⁵ no Brasil naquele mesmo ano.

Hoje, muitos movimentos ganham força com as redes sociais no mundo globalizado. Um clássico exemplo do poder das tecnologias pelas redes sociais foram os movimentos Vem Pra Rua, Movimento Brasil Livre e Revoltados ON LINE, que fizeram reunir cerca de um milhão de pessoas em frente ao MASP, na Avenida Paulista, em São Paulo contra a presidente Dilma Rousseff, no dia 15 de março de 2015, segundo Revista VEJA-São Paulo, em repulsa aos esquemas de corrupção em seu governo, tendo como reivindicação principal, o *impeachment* do seu mandato. Evidenciando que parte da população contrária ao governo queira exercer sua cidadania pelo exercício de suas ideologias. Tal postura do povo nas ruas apoia o que Covre (2007) diz ao afirmar que: só existe cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da luta para fazer valer os direitos do cidadão. Nesse sentido, a prática de cidadania pode ser a estratégia, por excelência, para a construção de uma sociedade melhor. (COVRE, 2007, p.10).

3. A TRÍADE: CIDADANIA, EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA

O exercício da cidadania perpassa pelos processos de educação. Para participar ativamente na formação da sociedade, o indivíduo deve ter acesso aos saberes historicamente construídos pela sociedade a fim de exercer seus direitos, e conseqüentemente seus deveres. Conforme encontrado em Galvão (2006), à educação atribuiu-se o poder de transformar a sociedade, o acesso a bens materiais e culturais produzidos pela sociedade e à escola coube a responsabilidade pela posição social ocupada pelos indivíduos. Difunde-se ascensão social e material pela educação. É uma ideologia capitalista. Seria uma realidade se os indivíduos tivessem realmente uma igualdade de condições na sociedade. No entanto, numa sociedade dividida em classes, burguesa e trabalhadora, a luta por igualdade de condições é inglória e a formação da consciência humana, não determina seu ser, e sim, seu ser social, suas condições de existência. Aos excluídos sociais coube um papel duplo: lutar e sobreviver. A ideologia capitalista incumbiu à escola o papel de salvadora social. Mas a realidade social não corrobora com os fatos. São raras as oportunidades e infelizmente, não são para todos.

⁵ Nos termos da CF/1988, a condenação em processo de *impeachment* acarreta somente a condenação “que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis” (art. 52, parágrafo único, CF/1988). Dentre outros, afirmando que em virtude da ausência de sanção penal, o processo de *impeachment* tem natureza administrativa. (FAVER, 2016, p. 332).

Será que existe uma educação que conduza à cidadania? Covre (2007, p. 66) assegura que “é preciso haver uma educação para a cidadania. É preciso criar espaços para reivindicar os direitos, mas é preciso também estender o conhecimento a todos, para que saibam da possibilidade de reivindicar”. Nessa perspectiva, a educação é mola propulsora para a extensão do conhecimento e um educador à frente de sua época foi Paulo Freire, com a pedagogia libertadora. Este educador preocupava-se em como reduzir a condição de analfabetos e letrados funcionais, adultos que atuavam no mercado de trabalho e que eram excluídos do meio social e político. Freire oferecia uma oportunidade de igualdade à todos em situação de exclusão social. Seu método educativo foi revolucionário, pois trazia a discussão um problema social macro e, sobretudo excludente das regiões menos favorecidas do norte e nordeste do país, além de atacar o problema de frente. Para Paulo Freire, a educação serve para a libertação, principalmente do oprimido. Freire acreditava que a Educação é um processo humanizante, social, político, ético, histórico, cultural e consagrou vários pensamentos profundos sobre educação, dentre eles: “a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. (FREIRE, 1996, p. 36).

Hoje, observa-se uma sociedade modernizada, tecnológica e globalizada. Aprende-se e produz ao mesmo tempo forçando o indivíduo a estar em constante aprendizado para não ser forçado a sair do mercado de trabalho. A Internet, a *rede das redes* e os computadores oferecem suporte para que uma organização horizontal e colaborativa funcione “dando origem à inteligência coletiva, encarnada em um novo lugar, o ciberespaço”. (LÉVY, 1999 apud PRETTO & PINTO, 2006, p. 24). Por esta visão plural, todas as pessoas podem contribuir para melhorias e transformações sociais e globais tornando a rede Internet um mecanismo de organizações em rede. Vale à pena ressaltar que as pessoas no mundo contemporâneo, não se enxergam mais sem este recurso tecnológico. A rede Internet conectou mundos, encurtou distâncias e promoveu integrações.

O problema é que a rede Internet e seu aparato tecnológico não atingiram os anseios de toda a população, por serem custosos diante da realidade socioeconômica de muitos brasileiros. Quando surgiu, era inacessível, por ser muito caro. A expansão produtiva favoreceu a redução dos custos e ampliação da oferta. Assim, muitos trabalhadores puderam adquirir seu primeiro computador e aos poucos, acesso à rede *Internet*. No entanto, ainda não é um alcance linear. Os socialmente desfavorecidos ou marginalizados, acessam a rede de terceiros, no trabalho, na escola ou em universidades conectadas.

Dados de pesquisa realizada pelo Datafolha em parceria com a Folha Online e com o iBest em 2001, publicados no artigo *Tecnologias e Novas Educações* de Nelson Pretto e Claudio da Costa Pinto (2006, p. 20), revelam-nos a realidade social digital excludente e mais, a disparidade regional desta exclusão no Brasil, ao constatar que as regiões sul e sudeste, mais desenvolvidas, possuem maior acesso à rede, enquanto que a região nordeste ocupa último lugar nesta pesquisa. Triste constatação de uma desigualdade social: faz-se muito pouco por quem não tem privilégios, e se prestigia quem aparentemente, não precisa. Viabilizar o acesso democrático à rede requer políticas públicas de soluções públicas e coletivas que atendam à maioria e tentem igualar os desníveis sociais e regionais no país. Não basta apenas o acesso individualizado em residências. O acesso à informação deve ser um bem comum, não direito de poucos. Para Nelson Pretto (2006):

A tecnologia sempre foi instrumento de inclusão social, mas agora isso adquire novo contorno, não mais como incorporação ao mercado, mas como incorporação à cidadania e ao mercado, garantindo acesso à informação e barateando os custos dos meios de produção multimídia através das novas ferramentas que ampliam o potencial crítico do cidadão. Somos cidadãos e consumidores, emissores e receptores de saber e informação, seres ao mesmo tempo autônomos e conectados em redes, que são a nova forma de coletividade. (PRETTO& PINTO, 2006, p. 29)

Percebe-se que os recursos tecnológicos têm se incorporando de forma crescente no processo de ensino e aprendizagem devido às transformações sociais, econômicas e tecnológicas, e essas vêm impondo novas formas de ensinar e aprender, ocorrendo assim a mediação entre o indivíduo e o conhecimento, auxiliando na sua formação cidadã, como também desenvolvendo seu potencial para atuar no contexto ao qual está inserido.

Segundo Ponte (2000) as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) têm um papel fortemente representado, quando através das mudanças sociais, faz surgir uma nova sociedade denominada sociedade de informação.

A forma veloz como tem ocorrido o acesso às informações através de diversas mídias, incluindo as digitais, repercute profundamente na maneira como lemos e vemos o mundo, pois acaba influenciando positivamente no conhecimento em redes. O que ocorre é que esse acesso deve ser democrático de forma que contribua para o exercício responsável e ativo da cidadania no século XXI. O modo substancial das relações sociais, o funcionamento das instituições e as estruturas políticas sofreram mudanças significativas decorrentes dos avanços tecnológicos, como também mudanças no panorama das modernas sociedades democráticas.

4. A ESCOLA FORTALECENDO O ELO DEMOCRACIA E CIDADANIA

Nesse contexto, pode-se pensar na escola como elo fortalecedor entre a democracia e cidadania. De que forma? Fomentando processos de ensino e aprendizagem que facilitem essa integração, ancorando as TIC nesse contexto. A tecnologia possibilita a promoção da cidadania na medida em que há o acesso tanto à informação quanto ampliação do conhecimento.

Para fortalecer esse elo, é importante priorizar a afirmação da criticidade e o despertar da consciência, através de projetos pedagógicos transdisciplinares⁶, potencializando essa integração. Projetos dessa natureza devem envolver recursos e procedimentos metodológicos inovadores, além de materiais didáticos necessários que incentivem a construção de saberes, promovendo uma interface entre a educação, tecnologia e cidadania.

Segundo Nicolescu, foi Piaget o primeiro a utilizar o termo transdisciplinar como um estágio superior das relações interdisciplinares, afirmando ele que transdisciplinaridade não se contenta apenas com as interações ou reciprocidade entre disciplinas e/ou projetos especializados, mas a colocação dessas relações dentro de um sistema maior, transcendendo fronteiras entre as disciplinas. (NICOLESCU, s.d., apud WEIL et al., 1993, p. 30)

Como a pluridisciplinaridade, a interdisciplinaridade ultrapassa as disciplinas, mas sua finalidade também permanece inscrita na pesquisa disciplinar. [...] A transdisciplinaridade, como o prefixo “trans” indica, diz respeito àquilo que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de qualquer disciplina. Seu objetivo é a compreensão do mundo presente, para o qual um dos imperativos é a unidade do conhecimento. (NICOLESCU, 1999, p. 11).

Para exemplificar, o projeto denominado “Alimentação Saudável”, da Escola SESI - José Pilon/ Centro Educacional em São Paulo, desenvolve um trabalho dessa natureza envolvendo sala de aula e práticas do cotidiano, ampliando a visão de mundo das crianças do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental I. Essa prática objetiva melhorar a qualidade de vida e o desempenho dos alunos por incentivar uma alimentação saudável (com mudança nos hábitos alimentares) além de observar as vantagens dessa relação para o produtor e consumidor final. (BARROS, 2014, p. 6-7).

⁶Santomé (1998, p. 70) apresenta assim o termo *Transdisciplinaridade*: É a etapa superior de integração. Trata-se da construção de um sistema total, sem fronteiras sólidas entre as disciplinas, ou seja, de ‘uma teoria geral de sistemas ou de estruturas, que inclua estruturas operacionais, estruturas de regulamentação e sistemas probabilísticos, e que una estas diversas possibilidades por meio de transformações reguladas e definidas’.”.

Pode-se até afirmar ousadamente que quem não está conectado a essa rede, às interconexões que a tecnologia traz e envolve o ser humano no dia a dia, está de fora do contexto social, cultural, econômico e científico que se desenrola em tempo real no mundo digital e globalizado. Segundo Patrocínio (2009):

A fim de gozar da cidadania digital definida como o direito de apropriar-se socialmente da tecnologia criando habilidades para geração e disseminação de novos conhecimentos, a escola utilizando como modelo a educação transdisciplinar, deve preparar o educando para exercer sua autonomia e participação no mundo virtual logo “dar centralidade à pessoa na perspectiva do seu desenvolvimento como cidadão digital levando em conta, concomitantemente, as suas vivências mais positivas e mais negativas.” (PATROCÍNIO, 2009, p. 56).

Inserir as TIC na educação na busca de novas formas de organização social, além de inovadora, é uma forma de diminuir as distâncias entre os mundos dos incluídos e dos excluídos digitais. Muitas oportunidades são criadas pela tecnologia, mas ainda existe a exclusão social e isolamento de pessoas que não podem usufruir dessas vantagens devido a inabilidade de competência ou falta de acesso conforme já mencionado anteriormente. Isso pode resultar na exclusão social de indivíduos em oportunidades, impondo barreiras no exercício pleno da cidadania numa sociedade de vigor democrático. Para entender melhor a colocação, têm-se as disparidades de acesso dos menos favorecidos com pouca renda familiar, pessoas com idade mais avançada e pouca escolaridade, bem como moradores de regiões geográficas pouco assistidas (MEDEIROS NETO, 2012, p. 47) O Programa Gesac (Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão), do Ministério das Comunicações que, juntamente com seus parceiros e conveniados, oferece gratuitamente acesso às TIC, destacando a conectividade para outros programas e projetos, e, ainda, recursos digitais e capacitação para multiplicadores (monitores, professores e agentes de inclusão digital) em todo o país (MEDEIROS NETO & MIRANDA, 2010, p. 92).

Pensando na educação transdisciplinar, percebe-se que a mesma tem um papel significativo na superação dos paradigmas ditos clássicos, além de incorporar práticas pedagógicas que abram caminhos para novas posturas em relação à formação do ser e que sirva aos interesses da sociedade. Para Gadotti (2000):

Seja qual for a perspectiva que a educação contemporânea tomar, uma educação voltada para o futuro será sempre uma educação contestadora, superadora dos limites impostos pelo Estado e pelo mercado, portanto, uma educação muito mais voltada para a transformação social do que para a transmissão cultural. (GADOTTI, 2000, p.7)

O papel da escola é promover uma educação transdisciplinar, em que desenvolva competências no indivíduo na perspectiva entre o ser e o dever, buscando

refletir as atitudes e comportamentos que entendam a diversidade, o mundo ao redor, a natureza, as relações estabelecidas entre os seres existentes, e que, acima de tudo, ajude a compreender qual o seu papel, além da responsabilidade dentro dos espaços coletivos. De acordo com Moran (2004):

Precisamos repensar todo o processo, reaprender a ensinar, a estar com os alunos, a orientar atividades, a definir o que vale a pena fazer para aprender, juntos ou separados. Abrem-se novos campos na educação *on-line*, pela Internet, principalmente na educação a distância. Mas também na educação presencial a chegada da Internet está trazendo novos desafios para a sala de aula, tanto tecnológicos como pedagógicos. As tecnologias sozinhas não mudam a escola, mas trazem mil possibilidades de apoio ao professor e de interação com e entre os alunos (MORAN; MASETTO; BEHRENS, 2003 apud MORAN, 2004, p. 14).

As transformações sociais modificam o mundo e melhoram o convívio entre os pares. Sabemos que ainda existe um abismo entre o real e o ideal. A internet já encurtou caminhos e estreitou as relações de informação e comunicação entre pessoas e o mundo das relações comerciais. A escola não pode fugir do seu papel e se distanciar deste mundo tecnológico. É desafiadora a proposta, mas não é impossível adequar-se a esta nova realidade. Cabe aos profissionais envolvidos uma nova postura e à escola, uma nova roupagem. A escola deve andar lado a lado com a sociedade. Ela é mecanismo que serve à sociedade, então não pode manter-se distante dela, pois, a maioria dos cidadãos busca igualdade de condições, e passa por ela.

Cabe mencionar que o uso indiscriminado da Internet e computadores fixos ou móveis sem limites trouxeram males a uma parcela da população que a utiliza, como os vícios em games, crimes cibernéticos, dentre outros além de lesões posturais e por repetições, só para mencionarem-se. Porém, não coube neste estudo estes aspectos negativos, e sim os aspectos positivos em questão.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, falar de tecnologia a serviço da educação e cidadania é uma realidade e necessidade no mundo atual e globalizado. Contextualizar o impacto das TIC no desenvolvimento da sociedade da informação numa sociedade globalizada possibilita desafios aos cidadãos e à escola. A tecnologia impõe ações e ficar inerte diante dela, é ser vítima da exclusão digital e do exercício pleno da cidadania.

Para a escola cabe se inserir neste mundo o quanto antes, pois ela é um espaço de formação cidadã e pode minimizar o abismo entre a exclusão e inclusão social, e agora também, a digital. Ressaltamos que políticas públicas são necessárias

para essa concretização, no entanto, mesmo a falta delas não deve inviabilizar a mudança de posturas na escola. Busca-se a qualidade na educação, mas enquanto ela não chega, perseguiremos um ensino de qualidade em formação cidadã.

Todas as pessoas que desejam formar o cidadão pleno precisam se inserir na dinâmica de trabalho inter e transdisciplinar a fim de que os resultados almejados não se concentrem apenas dentro da escola, mas que envolvam o seu entorno e alcancem a sociedade como um todo. Para tanto, é necessário que a escola apresente propostas educacionais plausíveis que aliem uma educação transdisciplinar e ensino de qualidade com uso das tecnologias para ampliar saberes, além da construção de novas práticas. É possibilitar o uso da tecnologia a serviço da educação e cidadania. É reinventar a práxis pedagógica transformando-a em produção do conhecimento para o exercício pleno da cidadania.

6. REFÊNCIAS:

BARROS, R. A., Alimentação Saudável e Transdisciplinaridade: possibilidades e desafios. **Revista Cadernos de Gestão e Empreendedorismo**. São Paulo, v.2, n.2, Mai-Ago, p. 01- 16, 2014. Disponível em: <www.uff.br/pae/index.php/CGE/article/download/853/476>. Acesso em 16/01/2018.

BOBBIO, N. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

COVRE, M. de L.M. **O que é cidadania?** (Coleção Primeiros Passos). 17ª Reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DEMO, P. **Cidadania menor**. Petrópolis: Vozes, 1992.

FAVER, M. Impeachment: evolução histórica, natureza jurídica e sugestões para aplicação. **Revista de Direito Administrativo**, v. 271, jan./abr. (2016): 319-343.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, vol.14, n.2, pp. 03-11, 2000.

GALVÃO, R. C. S. Cidadania e educação no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, n. 21, p. 166-170, Mar. 2006.

MEDEIROS NETO, B.; MIRANDA, A. Uso da tecnologia e acesso à informação pelos usuários do programa GESAC e de ações de inclusão digital do governo brasileiro. **Inclusão Social**, Brasília, v. 3, n. 2, p. 78-93, Jan/Jun. 2010.

_____. **Avaliação dos impactos dos processos de inclusão digital e informacional nos usuários de programas e projetos no Brasil**. Gestão

da Informação. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade de Brasília–UnB, Brasília, 2012.

MORAN, J. M. Os novos espaços de atuação do professor com as tecnologias. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 4, n. 12, p. 13-21, Mai-Ago, 2004.

NASSIF, L. A conquista do voto feminino, em 1932. **Revista GGN**. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/noticia/a-conquista-do-voto-feminino-em-1932>>. Acesso em 10/10/2017.

NICOLESCU, B. “Um novo tipo de conhecimento – transdisciplinaridade. 1o Encontro Catalisador do CETRANS – Escola do Futuro – USP”. Itatiba, São Paulo, 1999. Disponível em: <<http://www.ufrjr.br/leprans/arquivos/conhecimento.pdf>>. Acesso em: 22/12/ 2017.

PATROCÍNIO, T. A Educação e a Cidadania na Era das Redes Infocomunicacionais. **Revista FACED**. Salvador, n.15, jan./jul. 2009.

PONTE, J. P. Tecnologias de informação e comunicação na formação de professores: que desafios? **Revista Ibero Americana de Educação**. Lisboa, n.24, set/dez. 2000.

PRETTO, N. e PINTO, C. da Costa. Tecnologias e novas educações. **Revista Brasileira de Educação**. V.11, n.31, Jan/Abr., p. 19- 30. 2006.

VEJA. Manifestações evocam os caras-pintadas de 1992. **Revista Veja–São Paulo**. Editora Abril. Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/cidades/manifestacoes-impeachment-caras-pintada-dilma-collor/>>. Acesso em 10/10/2017.

WEIL, P.; D’AMBRÓSIO, U.; CREMA, R. **Rumo à nova Transdisciplinaridade – sistemas abertos de conhecimento**. 4ª ed. São Paulo: Summus, 1993.